

A ética da serenidade: O caminho da barca e a medida da balança na filosofia de Amen-em-ope

Renato Noguera¹

Resumo

O objetivo deste artigo é fomentar a discussão sobre filosofia africana antiga. Nós argumentamos que a filosofia é pluriversal. Portanto, a filosofia não nasceu na Grécia. Com uma crítica ao entendimento equívoco que percebe a filosofia como algo feito pelo Ocidente. Nós vamos ler filosofia egípcia, o pensamento de Amen-em-ope. O objetivo é apresentar a ética da serenidade através dos caminhos da barca e medidas da balança.

Palavras-chave: Filosofia egípcia. Pensamento de Amen-em-ope. Ética da serenidade.

Abstract

The goal of the present article is to further discussion about Ancient African Philosophy. We to argue that the Philosophy is pluriversal. Thus, Philosophy wasn't born in Greece. A critical to the misconception understand Philosophy as something made by West. We will read Egypt Philosophy, Amen-em-ope Thought. The purpose is show Ethics of Serenity through of barge' path and measure of balance.

Key-Word: Egypt Philosophy. Amen-em-ope Thought. Ethics of Serenity

Introdução

Sem dúvida, os manuais de filosofia convergem para um ponto comum, a filosofia é de origem grega. Mas, diversas pesquisas têm contestado essa primazia grega, explicitando o caráter pluriversal da filosofia. Este artigo pretende apresentar de modo sucinto e em caráter introdutório, a filosofia africana antiga, especificamente parte do pensamento egípcio através da leitura de um texto de 1300 a.C. O livro de

¹ Professor Adjunto de Filosofia do Departamento de Educação e Sociedade (DES), do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
E-mail: renatonoguera@ymail.com

Amen-em-ope traz questões éticas que nos debruçaremos, apresentando em língua portuguesa um debate que conta com pouca literatura. Ora, este artigo é uma introdução que tem dois assuntos básicos: advogar em favor da filosofia africana antiga e examinar a ética da serenidade de Amen-em-ope.

Os desafios impostos ao nosso trabalho são de várias ordens. Em certa medida, o primeiro desafio está na contramão do maior ponto de convergência entre filósofas(os), o nascimento da filosofia. É interessante observar que numa área que contendas, debates e discussões dão o tom do caráter polissêmico que o termo filosofia encarna, apenas, um assunto parece não ser alvo de controvérsias e divergências: a tese de que a filosofia tem certidão grega.

Se na historiografia filosófica hegemônica na antiguidade, os trabalhos africanos são terminantemente desconhecidos ou “esquecidos”, um esforço pela sua reabilitação, tal como fazem James, Bernal, Diop e Asante, é muitíssimo importante para a abertura de novas possibilidades epistêmicas, inclusive para a própria Filosofia rever seus eixos geopolíticos e “desnaturalizar” o seu caráter eminentemente europeu.

Afinal, se a Filosofia pode ser, em linhas muito gerais, tomada por sua capacidade crítica de busca de justificação num franco exercício de desbanalização das generalizações fáceis e desnaturalização das certezas justificadas inadequadamente ou sem “fundamento”. Por que carga de razões a Filosofia deixaria de problematizar e desnaturalizar sua filiação e sua certidão de nascimento? Em outras palavras, a recusa do eurocentrismo é fundamental para darmos curso a algumas das reivindicações mais caras à Filosofia, não se prender às ideias sem examiná-las, ainda que o custo seja reconhecer inconsistências em nosso próprio modo de pensar. neste sentido, suponho que uma das grandes questões da Filosofia seja o reconhecimento de que os argumentos mais tradicionais acerca do seu nascimento são invariavelmente problemáticos porque são marcados pelo racismo epistêmico. Vale destacar que diante desse quadro, é provável que algumas filósofas e alguns filósofos passem a considerar relevante uma análise do racismo epistêmico (NOGUERA, 2011, p.24).

Outra questão decorrente do primeiro problema posto está na análise dos textos de filosofia antiga [africana]. Para essa tarefa, sem dúvida: o vasto material egípcio se impõe como primeira escolha. Amen-em-ope foi selecionado entre autores como Ptah-Hotep, Khéti, Meri-ka-rá e tantos outros. Amen-em-ope oferece um belo trabalho filosófico que examina questões éticas. A caminhada deste trabalho se divide em poucas etapas, primeiro uma apresentação da filosofia egípcia, em seguida, a filosofia de

Amen-em-ope em três partes: a barca, a balança e a ética da serenidade propriamente dita à guisa de conclusão.

Egito e filosofia

Nós estamos plenamente de acordo com o filósofo camaronês Nkolo Foé: O Egito antigo faz parte integrante da história da cultura africana. Para nós, ele desempenha mais ou menos o mesmo papel que a Grécia e Roma desempenham para o Ocidente. Isso é uma evidência conhecida desde os trabalhos de Victor Schoelcher, Cheikh Anta Diop e Théophile Obenga (FOÉ, 2013, p.197).

O Egito antigo aparece mergulhado em muitos clichês, alguns reproduzidos pelos filmes em que múmias fazem papéis de vilãs em meio a expedições arqueológicas de europeus e estadunidenses. Nossa leitura está na contramão dessas imagens que não contribuem nem um pouco para elucidar dúvidas a respeito do Egito. Cheikh Anta Diop fez uma longa e minuciosa pesquisa sobre o país dos faraós, trazendo novidades em relação às concepções hegemônicas das escolas de egiptologia europeias. Diop foi um intelectual africano, nascido no Senegal, que desenvolveu longamente a tese de que a África, especificamente o Egito é o berço civilizatório da humanidade. O britânico Martin Bernal, na esteira de Diop, observou que dois modelos explicativos distintos entraram em conflito e no século XIX, o modelo ariano se tornou mais influente do que o modelo antigo nos meios acadêmicos ocidentais. O que foi responsável pelo silenciamento do Egito enquanto civilização que influenciou profundamente o mundo helênico, colocando-o à reboque de uma Grécia tida como “pura”. Ora, o modelo antigo identifica intensas relações de intercâmbio entre povos africanos, asiáticos e europeus na antiguidade.

(...) a origem e o berço da humanidade assim como a emergência da civilização do mundo devem ser procurados em África. O Egito é a mãe da civilização mundial. A civilização egípcia é especificamente negra. Ela evoluiu e floresceu de tal forma que se tornou reconhecível como a base do humanismo de toda África. Por conseguinte, a África não é só a origem da civilização como também o berço do desenvolvimento social, cultural, científico e político. Anta

Diop aponta como sendo características comuns de toda África o matriarcado, a espiritualidade, o humanismo e o pacifismo. Estas e outras ideias estão plasmadas no livro *The African Origin of Civilization*. Nele repisa que seria no Egito e na África Antiga, sobretudo na cultura faraônica, onde os africanos do século XX podem encontrar a sua inspiração e o suporte político, cultural, científico e, sobretudo psicológico que necessitam para lutarem pelo desenvolvimento do seu continente. Ainda segundo ele, o lugar que a Grécia ocupa na história do pensamento científico filosófico, deveria ser ocupado pelo Egito Antigo (CASTIANO, 2010, p. 128-129).

Uma ressalva indispensável está no entendimento que não se trata de uma simples defesa da anterioridade egípcia. O problema central não é provar que o universo kemético tem primazia em relação ao mundo helênico. A anterioridade dos textos egípcios em relação aos gregos não figura aqui como atestado de superioridade intelectual; mas, o modelo ariano tem esse pressuposto e preferiu negar o Kemet. A nossa interrogação é bem mais simples, por que se mantém uma aura de invisibilidade sobre o Egito na área de filosofia antiga? Martin Bernal se debruça parcialmente nessa questão, inspirado pelas pesquisas de Diop, ele segue analisando o “esquecimento” egípcio. Nós denominamos isso de helenofilia sistemática que passa a envolver os círculos acadêmicos com especial repercussão no campo da filosofia. Por helenofilia se deve entender um tipo de dogma intelectual que percebe na Grécia a única matriz de repertório filosófico na antiguidade. Afinal, mesmo depois de muitos historiadores da filosofia recusarem a tese do “milagre grego”; a filosofia permaneceu sendo entendida nos manuais como uma “invenção” grega.

Martin Bernal, de origem britânica, que desenvolve e aprofunda a tese diopiana de recentramento do Egito Antigo na História Universal das civilizações. Bernal publica, em 1987, o primeiro dos dois volumes do seu livro *Black Athena*. Bernal distingue o que chama de «modelo antigo» do «modelo ariano» da interpretação da história da antiguidade grega. No modelo antigo de interpretação da história nota-se a grande influência das culturas africanas e asiáticas, principalmente a egípcia e a fenícia, na civilização grega. No entanto, como resultado de uma reinterpretação racista da história, o modelo antigo é substituído pelo modelo ariano. Este modelo, segundo Bernal, teve duas fases. Na primeira, desde a revolução francesa até a primeira metade do século XIX, os historiadores ingleses, franceses e alemães, mas sobretudo os últimos (por isso que ele denomina de ariana), esforçam-se por mostrar uma Grécia romântica, com ideias originais, autônoma, criativa, dinâmica, mas sobretudo branca. É assim que, deliberadamente, acadêmicos europeus de renome elaboram uma historiografia onde a Grécia é o berço da civilização universal e

do pensamento filosófico. O mesmo autor afirma que, a partir sensivelmente de 1880, o modelo ariano entra na sua segunda fase, a «extremista». Nesta, no seu entender, há «negação sistemática» de qualquer influência africana ou asiática na civilização grega. Segundo Bernal, entre 1880 e 1945 dá-se a *final solution*, a solução final. Por esta data, mais exatamente em 1980, são publicados dois artigos pelos alemães Julius Beloch e Salomon Reinach nos quais reclamam abertamente que a civilização grega era puramente «europeia», enquanto os fenícios, não teriam contribuído em nada para o desenvolvimento da cultura helênica [Bernal 1987, 34] (Idem, p. 129-130)

Pois bem, a questão em foco também pode ser formulada nos termos colocados pelo filósofo sul-africano Mogobe Ramose. O filósofo entende que o problema está ligado simplesmente ao epistemicídio sistemático que os povos africanos sofreram devido aos processos de colonização impetrada pelos europeus. Por epistemicídio se deve entender o assassinato de perspectivas intelectuais que não estão dentro dos cânones europeus, no caso sob análise, Ramose, Diop e Bernal convergem para um entendimento comum, a filosofia africana foi invalidada pelos critérios ocidentais de filosofia.

Muitas(os) filósofas(os) com boa formação ocidental fazem uma objeção que à primeira vista parece muito razoável. Por que usar o termo “filosofia” para designar pensamentos de culturas fora do circuito ocidental? Por que não aceitar que a *filosofia*, considerando que a própria palavra é grega na “origem”, emerge de um contexto histórico, cultural e político particular e bastante específico? A principal réplica integra os argumentos ramoseanos.

Ramose critica a ideia de universalidade, advogando a favor do conceito de pluriversalidade. Com isso, Ramose pretende denunciar uma contradição posta pelo ocidente. A questão é simples, como podemos considerar que, apenas, uma perspectiva particular seja base da universalidade? Por que a Grécia tem direito a fazer da sua particularidade um exercício universal do pensamento e outras culturas não tem esse direito? Se a filosofia é universal por que precisa ter uma origem específica? “A contradição precisa ser solucionada através do reconhecimento da particularidade como um critério válido para toda ou para nenhuma filosofia” (RAMOSE, 2011, p.11). A abordagem ramoseana nos ajuda a trazer à tona mais do que um “alargamento” do conceito de filosofia. Mas, carrega outra questão: num aspecto de muita relevância – o

epistêmico –, o cânone filosófico “hegemônico” funciona dentro de dispositivos de operam buscando que a área de conhecimento seja “homogênea”. Ora, isso quer dizer que a “filosofia profissional” tem rechaçado pesquisas que advindas de territórios epistêmicos que não sejam ocidentais, recusando o que podemos denominar dos “sotaques da filosofia”.

Outro argumento está ancorado na ideia de que o modelo ariano foi responsável por transformar a filosofia no suprassumo da cultura ocidental, a atividade distintiva do ocidente. “‘Filosofia’ é o rótulo de maior status no humanismo ocidental. Pretender-se com direito à Filosofia é reivindicar o que há de mais importante, mais difícil e mais fundamental na tradição do Ocidente” (APPIAH, 1997, p.131). O ponto de vista de Appiah é uma pista contundente do modo como a filosofia foi e continua sendo tratada pelo mundo ocidental. Para a tradição do Ocidente, filosofar é um traço distintivo de um desenvolvimento histórico e cultural que teve início e se desdobrou no continente europeu. O escopo especulativo estaria todo firmado e assentado em bases culturais gregas e na modernidade teria se desenvolvido exclusivamente na Europa com destaque para Alemanha, França e Grã-Bretanha, durante o século XX os Estados Unidos da América passou a participar efetivamente do mundo filosófico com a escola do pragmatismo. Portanto, para uma boa parte das pessoas que ensinam filosofia em universidades de todo o mundo, na antiguidade o escopo especulativo estaria restrito ao mundo helênico.

Obenga é enfático ao dizer que é prejudicial para o pensamento especulativo reduzir o seu escopo à tese do surgimento da filosofia na Grécia no século V a.C. Diante de uma blindagem aparentemente intransponível que defende essa tese canonizada e posta num altar que a mantém imaculada; os argumentos adversários, com raras exceções, não foram sequer examinados pela maioria dos defensores da certidão grega. O silêncio a esse respeito ainda é uma estratégia amplamente usada por uma parcela significativa de filósofos(as) que não querem visitar sua formação. Para que possamos ter discussões mais ricas e críticas, filósofos e filósofas que concordam com a noção de que a Grécia é o berço da filosofia, precisam incluir, pelo menos, em suas referências bibliográficas os escritos de Cheikh Diop, George James, Molefi Asante, Maulana Karenga, Martin Bernal, Théophile Obenga, Marimba Ani, Nkolo Foé, Mogobe Ramose e José Nunes Carreira. Na leitura desses textos encontramos um elenco vasto de

argumentos colocando a atividade filosófica como patrimônio da humanidade desde o seu nascimento. Ora, nada mais enriquecedor para o campo da filosofia do que o debate, principalmente quando pontos de vista pouco frequentados podem ser colocados à mesa para um exame que, dentro da medida do possível, seja imparcial.

O espírito da filosofia chinesa, filosofia indiana, filosofia africana, filosofia europeia e filosofia maia podem diferir bastante em relação ao tratamento do sujeito; mas, filosofia sempre lida com o conhecimento humano e elevação mental. A filosofia futura no mundo deve levar em conta os grandes sistemas especulativos de toda a humanidade (OBENGA, 2004, p.31).

No caso específico da filosofia africana na antiguidade, precisamos adentrar no pensamento filosófico egípcio. As pesquisas de Molefi Asante apontam que os primeiros registros filosóficos remontam à Imhotep por volta de 2700 a. C. José Nunes Carreira também concorda com a datação proposta por Asante. O pensador português diz que a filosofia começou “no vale do Nilo com Imhotep (c. 2700 a. C.), mais de dois milênios antes de despontar a Hélade” (CARREIRA, 1994, p.95) A monumental obra de Obenga, *La philosophie africaine de la période pharaonique, 2780-330 avant notre ère* (1990), localiza os primeiros registros em 2780 a.C. com Imhotep. Obenga tem uma vigorosa pesquisa, além de filósofo, o congolês é arqueólogo e historiador, especialista em hieróglifo, o que permitiu que fizesse uma bela tradução comentada dos textos ao lado de uma contextualização histórica. As suas obras, assim como as pesquisas de G. James, C. A. Diop e M. Asante são paradas obrigatórias para quem deseja adentrar com profundidade o universo da filosofia egípcia. A questão central que atravessa os trabalhos desses autores pode ser colocada numa frase, a filosofia é pluriversal.

Com efeito, como anteriormente foi dito nossa posição pretende colocar o maior tabu da filosofia em xeque (a ideia de que a filosofia tem certidão grega), fazendo aquilo que é mais caro ao espírito filosófico propriamente dito: problematizar certezas que pareciam inabaláveis. É importante explicar que não se trata apenas de um suposto alargamento da atividade filosófica; mas, de um olhar crítico que vai de encontro ao marasmo intelectual que somos lançados toda vez que transformamos ideias filosóficas em dogmas. Ora, não é escopo deste artigo tratar do maior tabu filosófico; mas, vale a pena mencionar que num mundo intelectual em que praticamente tudo é colocado sob o

crivo de interrogações e críticas. Por que o surgimento da filosofia deveria ficar blindado de objeções?

É importante mencionar que esta incursão pelo pensamento filosófico egípcio precisa levar em conta uma questão linguística, o egípcio é uma língua que não é mais falada e contou com diversas fases. O acesso à escrita egípcia é um desafio que tem a mesma envergadura que o estudo crítico e analítico dos textos filosóficos. O Mdw nTr vocalizado como medju netjer, popularmente conhecido como hieróglifo, não é de fácil acesso.

A escrita egípcia antiga fascina a humanidade desde a Antiguidade, seja pela sua beleza ou pela dificuldade em decifrá-la. A expressão *ta hieroglyphica* tem origem grega, significando “as (letras) sagradas esculpidas”, de onde vêm “hieroglífica” (...). Para os egípcios, a escrita era uma invenção de Toth, deus da sabedoria, que decidiu ensiná-la aos homens contrariando uma ordem do deus Ra. O nome dado por eles à sua escrita era medju netjer, ou literalmente, “palavras dos deuses” (COELHO, 2012, p. 189).

Uma distinção importante é que Mdw nTr, nome da escrita do Kmt (Kemet), significa palavra ou falar de nTr [deus]. Enquanto mdt nfr quer dizer palavra bem feita e remete à rekhet. O que denominamos de filosofia não se restringe ao nome grego, afinal, entendemos que um nome não esgota uma atividade intelectual ampla como a filosofia. Obenga explica que no Egito antigo existia um termo que circunscrevia a filosofia, sabedoria e ciência: rekhet. No caso da filosofia, o termo remete à ideia de mdt nfr que podemos traduzir como palavra bem feita ou palavra bonita, fala bem esculpida e cuidadosamente talhada. O filósofo Ptah-Hotep deixou registros que a arte da palavra bem feita precisa de humildade, “pois os limites da arte não podem ser alcançados e a destreza de nenhum artista é perfeita” (PTAH-HOTEP, 2000, p. 247). Para Ptah-Hotep ele fazia uma arte que nunca tem um artista perfeitamente destro, o caráter inconcluso do rekhet indica que a dissecação perfeita nunca é alcançada, se trata de um artesanato do pensamento que está em contínuo curso. Meri-ka-Rá em seus *Ensinamentos* converge com o mesmo conceito indicando, “Sê um artesão da palavra e vencerás, (pois) a língua é a espada[de um rei]: as palavras têm mais força que qualquer combate, o de coração destro não é vencido” (MERI-KA-RÁ, 2004, p.283-284).

É importante examinar uma das objeções mais fortes à existência da filosofia antiga africana. Historiadores(as) da filosofia ocidental insistem em afirmar que mesmo existindo textos que abordem questões morais, nenhuma cultura teceu especulações ontológicas, aspecto nodal da filosofia que demarcaria definitivamente a exclusividade grega.

O pensamento egípcio lançou a base mais importante para a criação de uma autêntica ontologia, a saber, os meios linguísticos (...). Há na língua egípcia dois verbos para “ser”, um dos quais (*wn/n/*) com dois participios, designando o “ente” e “o que foi”, uma capacidade que o latim não possui. (...) O Egípcio diferencia com exatidão os verbos “ser”, “tornar-se”, “viver”. (CARREIRA, 1994, p.55).

Vale a pena mencionar que o desconhecimento dos textos egípcios é fiador dessa ideia inverídica de que os filósofos africanos antigos não tratavam das questões do *ser*. O escopo deste artigo não vai levar adiante as indagações, por assim dizer, metafísicas do Egito antigo. Mas, é relevante registrar que boa parte da crítica está assentada na ignorância dos escritos africanos. O estudo de Obenga, uma pesquisa que sistematizou um longo período da história africana, cobrindo mais de dois mil anos, não deixa dúvidas quando justifica a existência de escolas filosóficas no Egito antigo, explicando que a arte da palavra perfeita [*medet nefer*] também denominada de *rekhet* significa:

Perguntar pela natureza das coisas (*khēt*) baseado no conhecimento acurado (*rekhet*) e bom (*nefer*) discernimento (*upi*). A palavra *upi* significa “julgar”, “discernir”, o que é “dissecar”. A palavra cognata *upet* significa “especificação”, “julgamento” e *upset* quer dizer “específico”, isto é, dar os detalhes de algo (OBENGA, 2004, p.33-34).

Portanto, filosofar é um exercício de julgamento, sopesar, detalhar e apresentar num exercício rigoroso com a palavra o objeto que é retratado, tomado como fonte, ponto de partida e linha de chegada ao mesmo tempo. Muitos filósofos egípcios usam a “barca” e a “balança” como fiadoras desse exercício de pensamento específico. Amen-eme-ope usa tanto a barca como a balança para seu *medet nefer*. Obenga (1990;1992) ainda traz detalhes das escolas de escribas, espaços efervescentes que funcionavam como centros de estudos e difusão filosófica. O Papiro Sallier II (Museu Britânico

10182) traz a *Sátira das profissões* escrita por Khéti e que remonta à 19ª Dinastia. O texto elenca diversas profissões, destacando o trabalho de escriba como o de melhor sorte, por ser “tido como aquele que ouve, e o (bom) ouvinte é o que age” (KHÉTI, 2000, p.224). O agir é considerado um resultado do que sabe ouvir Maat [verdade, justiça, harmonia]. Pois bem, neste trabalho devido às limitações de um artigo acadêmico, vamos nos ater a um filósofo egípcio, Amen-em-ope.

A filosofia de Amen-em-ope

Quem foi Amen-em-ope? Quais as questões colocadas pelo seu pensamento filosófico? Nós encontramos mais de uma figura proeminente chamada Amen-em-ope. O quarto Faraó da 21ª Dinastia. Mas, o autor dos *Ensinamentos* (2000) que foram preservados na íntegra e estão acessíveis no Papiro 1074 do Museu Britânico datam aproximadamente 1300 a.C. e são de autoria do alto funcionário de mesmo nome, filho de Ka-nakht, um escriba (ASANTE, 2000, p.107).

Amen-em-ope apresenta uma primorosa estruturação da obra, que divide em trinta capítulos – uma inovação sem precedentes. Como (...) bom egípcio, não podia ignorar os antecessores; inspirou-se em materiais da tradição. Mas acabou por atingir invejável inovação. É ler a abertura de ópera que é o prólogo, enunciando os temas a desenvolver no corpo da Instrução (CARREIRA, 1994, p.139).

O prólogo apresenta o autor e informa que os ensinamentos servem como testemunho para a felicidade, “saber como replicar o que lhe é dito” (Amen-em-ope, 2000, p. 262). O livro conta com prólogo, 30 capítulos e registro do período em que o texto foi escrito e pequeno desfecho intitulado Colofão. Amen-em-ope tem uma questão que atravessa toda a obra, a virtude do silêncio ou ética da serenidade tomada como alvo da arte de usar o discernimento e “Escrito pelo supervisor dos campos, experiente em seu ofício, rebento de um escriba do Egito, supervisor dos cereais que controla a medida dos grãos e envia os impostos da colheita para seu senhor” (Ibidem). O livro é endereçado para seu filho, “o mais novo de seus filhos, o menor de sua família” (Idem, p. 263). A nossa leitura do texto pretende recobrir dois objetos que encarnam o projeto

filosófico egípcio de Amen-em-ope, a barca e a balança. Nós vamos examinar mais detidamente os capítulos nove, 16, 17 e 29. O que permite uma divisão que informa duas possibilidades para obtenção de uma vida serena: (1) caminhos da barca e (2) medida da balança. Esses dois elementos da filosofia de Amen-em-ope integram o que denomino de *ética da serenidade*.

Uma primeira leitura dos *Ensinamentos* de Amen-em-ope não deixam dúvidas, dois temas protagonizam o escopo do trabalho: 1º) A caracterização da pessoa serena *versus* a pessoa acalorada; 2º) Exortação à retidão. O alvo principal está na circunscrição do geru maa [verdadeiro silencioso ou sereno], isto é, uma pessoa que sabe perfazer as palavras (filosofar), portanto, tem autocontrole e capacidade de medir o alcance dos sentimentos que passam pelo seu coração. Mas, para uma primeira leitura de Amen-em-ope vale a pena observar dois quesitos que aparecem ao longo de todo o trabalho: a barca e a balança.

Os caminhos da barca

A transliteração do hieróglifo [barca] é *dpt*, é importante observar que [experimentar] transliterado como *dp* significa degustar e experimentar. Neste sentido, o termo barca circunscreve ideias como experimentar, degustar, testar o gosto e participar de uma experiência que não seja ordinária. A barca carrega a ideia de que a travessia é uma experimentação. Ou ainda, a possibilidade fazer um novo caminho, ou ainda, percorrer o mesmo destino para compreender, aprender e ensinar. No capítulo 29, podemos ler “Não impeças as pessoas de atravessarem o rio se tens cabine em tua barca. Quando te derem um remo em meio às águas profundas, estende teus braços e pega-o” (AMEN-EM-OPE, 2000, p.2790280). Amen-em-ope está dizendo algo bem simples: as pessoas habilitadas na arte da palavra não podem se esquivar de ensinar a usar a barca que atravessa as tormentas de dúvidas e falta de discernimento. A barca é a experimentação do discernimento. A pessoa que tem lugar na cabine de sua barca tem a tarefa de educar os que não têm barca.

Uma questão chave dos ensinamentos está em discernir sobre si. Uma pessoa vive em meio a um rio imprevisível de acontecimentos, dúvidas, interrogações e escolhas morais. A vida pode ser tomada como uma travessia, um desafio de atravessar

as vicissitudes da vida. O que a barca promove? Ora, a barca é mais do que uma alegoria, ela é *depet* e *medet nefer*, ela evita que nos tornemos uma pessoa inflamada, o uso da barca é *rekhet*, antídoto de fala que tal como uma “tempestade irrompe como fogo na palha, assim é o homem inflamado em sua hora” (AMEN-EM-OPE, 2000, p. 265). A fala inflamada é artefato de palavras sem preparo e faz do homem que as emite, “barqueiro de palavras enganosas” (Idem, p. 269). O que Amen-em-ope tenta evitar são as palavras enganosas e o tipo de pessoa que as diz. O que significa que estamos diante de uma questão ética. Na cultura kemética, ética diz respeito ao agir reto, à capacidade de viver em equilíbrio consigo diante dos desafios e escolhas. O que passa por um exercício filosófico de afastamento da inflamação que impede o discernimento. A capacidade de discernir é um tipo de travessia existencial dentro de uma barca que não se deixa levar pelas intempéries externas. Ou seja, mesmo diante dos problemas concernentes à vida, não devemos ter pressa em respondê-los, correndo o risco de que a irritação seja guia do pensamento e das palavras.

A medida da balança

“A palavra Maa vem do termo ‘Maat’ significando certeza, ordem e balança” (ASHBY, 2005, P. 23). Para uma incursão a respeito da balança como quesito filosófico na tradição egípcia, precisamos tratar de Maat. A palavra balança [Maa] está intimamente ligada ao nome da deusa. Maat é representada como uma mulher (negra) segurando o símbolo de Ankh [vida] numa das mãos e um cetro na outra, ela usa uma pena de avestruz na coroa.

A balança recheia inúmeras narrativas keméticas. Na cosmovisão egípcia a balança é um signo que remete à medida da justiça. Muata Ashby em *Introduction to Maat Philosophy* ajuda leitores e leitoras a empreenderem um mergulho profundo sobre as grandes questões filosóficas de Maat. *O Livro do vir à luz do dia* [The Book Coming Forth by Day], traduzido equivocadamente como *O Livro dos mortos* por muitos especialistas, encontra na tradução do filósofo e sociólogo Maulana Karenga uma primorosa exposição dos princípios de Maat e os protocolos comportamentais no tribunal depois da morte. Maat é uma deusa muito importante na cultura egípcia, seu nome não pode ser traduzido por um só termo; “Maat” circunscreve retidão, verdade, harmonia e justiça. Ela é filha de Rá, deus do sol, casa da com Toth, deus do

conhecimento e da escrita, responsável por pesar o coração dos que deixam o mundo dos “vivos”. Maat dá a medida da balança, o juízo pautado pela verdade.

Na cosmovisão egípcia, o ser humano é formado por cinco elementos, *ka*, *ba*, *akh*, *sheut* e *ren*. Os termos, apesar de difícil tradução, apontam para força vital (*ka*); coração/alma (*ba*); força divina (*akh*) sombra (*sheut*) e identidade (*ren*). O endereço pós-morte física é um julgamento, *ba* – pode ser traduzido como coração [alma] – deixa o corpo material acompanhado do *ka* – força vital – vai, guiada pelo deus Anúbis, para o tribunal presidido pelo deus Osíris. Diante de Osíris, o coração da pessoa que deixou a vida terrena é colocado num dos pratos da balança (Maa), Maat, deusa da justiça coloca sua pena de avestruz no outro prato. O objetivo é medir o peso, se o coração for leve, uma vida melhor será dada como recompensa, festejando a vida eterna. Mas, se o coração for mais pesado do que a pena, a pessoa iria se encontrar com Ammit, deus com cabeça de crocodilo, corpo de leão e membros inferiores de hipopótamo responsável por aterrorizar as pessoas que têm o coração pesado por uma vida fora da medida (da harmonia).

No texto de Amen-em-ope, a balança aparece como guia importante. No décimo sexto capítulo dos *Ensinamentos*, o filósofo egípcio adverte: não altere “as escalas nem falsifiques os pesos ou diminuas as frações da medida (...). O Macaco posta-se junto à balança” (AMEN-EM-OPE, 2000, p. 273). É importante explicar que Macaco é uma alcunha para Toth, esposo de Maat, deus da sabedoria, conhecimento e escrita. As narrativas sobre Maat e Toth indicam e circunscrevem o que denominamos de “medida da verdade” ou “peso da verdade” – remetendo à Maat. Em paralelo, coextensivamente à medida da verdade, encontramos a “escrita da verdade”, esta, por sua vez diz respeito ao esposo de Maat, Toth. A medida e a escrita da verdade, da justiça, harmonia e conhecimento são como as duas asas do íbis ou da avestruz. O íbis só pode voar com as duas, a avestruz tampouco pode se equilibrar e andar sem percalços com uma somente. Na mitologia egípcia, Maat e Toth perfazem um casamento que dá o panorama e os detalhes daquilo que a rekhet [filosofia] busca.

A questão em jogo é como a medida da palavra e, por conseguinte da escrita, devem estar devidamente alinhado ao peso e medida da verdade. Amen-em-ope alerta, no capítulo 17, “Guarda-te de alterar a medida” (Idem, p.273). O adequado é falar pautado pelo silêncio, preparando a palavra enquanto artífice tomando a medida da

verdade. Amen-em-ope faz uso da narrativa mítica imprimindo um sentido filosófico, o silêncio aparece como condição de possibilidade para que a gestação da medida de Maat seja bem feita, culminando com o parto – manifesto pela escrita de Toth. O silêncio é uma característica própria da serenidade. Amen-em-ope não defende que mudez, não se trata de deixar de falar ou escrever. Mas, de uma fala que se alimenta de algo que só a serenidade do silêncio é capaz de doar. A serenidade é o que permite o discernimento, o conhecimento de uma situação, das coisas, dos modos como nossa força vital e coração brigam diante de um desejo. Amen-em-ope propõe com a ética da serenidade um tipo de reflexão silenciosa que nos coloca diante da balança de Maat para medir as coisas, as palavras e agir de uma maneira que a harmonia interna não seja perdida. O filósofo propõe um percurso filosófico, o uso da barca no sentido do estar de bem consigo, a barca é tão somente o signo de atravessar o mundo em busca de si.

Conclusão parcial, a ética da serenidade

Este texto introdutório teve como alvo, despertar a curiosidade de estudantes e docentes de filosofia para retirar o véu que cobre o fantástico mundo do pensamento filosófico egípcio. O intuito é estimular a revisão da vasta literatura sobre o assunto e, quiçá, novas pesquisas trazendo os textos egípcios para o foco de interesse do ensino médio, cursos de graduação e pós-graduação.

O artigo pretendia apresentar as primeiras impressões de uma pesquisa em curso numa subárea pouco frequentada. A conclusão parcial deste trabalho é bem simples. Por um lado, a medida da verdade da balança de Maat. Por outro, o curso da barca na senda de um caminhar que não chega à conclusão. Os dois “instrumentos” são indispensáveis na conquista daquilo que é a principal tarefa dos escritos de Amen-em-ope, a ética da serenidade. Como já foi dito, o texto do alto funcionário do Egito antigo é destinado ao filho. O filósofo pretende que a vida seja objeto de um exercício disciplinar filosófico, alvo de uma atividade que não descola o plano discursivo do plano existencial. O objetivo da filosofia, *medet nefer* ou *rekhet*, é promover exercícios existenciais que direcionem a vida moral. O que não significa que as especulações acerca do mundo, interrogações ontológicas não estejam presentes nos trabalhos egípcios. Sem dúvida, uma das mais renitentes objeções à filosofia antiga africana estaria na ausência de princípio como o comentador Carreira observa.

O que caracteriza a ética da serenidade? As pistas de Amen-em-ope convergem para um aspecto. As características do *geru maa* circunscrevem pelo menos uma questão: a possibilidade de uma vida feliz. Numa leitura sistemática da tradição egípcia, Ashby aponta um aspecto que atravessa o trabalho de alguns filósofos, incluindo o de Amen-em-ope, “a felicidade só pode vir do conhecimento de si” (ASHBY, 2005, p.84). O discernimento é o veículo que torna possível o conhecimento de si, o que torna viável a felicidade. De modo simples, uma pessoa serena é alguém que conhece a si, sabe sobre si porque usa do discernimento e, portanto, pode levar uma vida feliz independente do destino. Ashby alerta que não existe uma diferença efetiva entre destino e ação. A questão central está no discernimento que a filosofia propicia para viver com a ação tomada. Uma ação tomada com discernimento equivale a falar depois do silêncio que encontra a si antes da palavra ser arremessada para fora. Dito de outro modo, a serenidade é uma posição moral sugerida por Amen-em-ope. Mas, para atingir esse estado, o que se realiza discernindo silenciosamente sobre a medida da verdade.

Ora, o discernimento silencioso proposto por Amen-em-ope incide sobre os cinco elementos constitutivos de uma pessoa *ka, ba, akh, sheut e ren*. Um mergulho em si mesmo, traz à tona as nuances mais específicas de cada elemento, força vital (*ka*); coração/alma (*ba*); força divina (*akh*) sombra (*sheut*) e identidade (*ren*). O conhecimento de si passa pelo modo como esses elementos interagem e a ação/destino se organiza e desenvolve. O conhecimento de si provoca o discernimento devido para uma vida feliz. Uma vida ajustada com a ação. Por exemplo, inúmeras vezes Amen-em-ope critica o homem inflamado. Ora, o homem inflamado, se apressa em agir, fala de modo apressado depois de ser acometido por intempéries ou dificuldades. Em seguida, esse homem se sente mal como a ação/destino para o qual suas palavras o levam. Um destino tempestuoso pode ser resultado de palavras que vibram como tempestade; o desconforto de estar sendo levado para momentos terríveis de tempestade impedem uma vida feliz. Para Amen-em-ope, uma pessoa serena sabe a respeito de si de modo que navega por caminhos confortáveis, usando a medida da verdade.

Com efeito, este trabalho é apenas um convite. Nós convidamos quem lê para experimentar leituras que foram feitas com pressa ou, em muitos casos, ainda são desconhecidas. A intenção é tão somente enriquecer o debate, trazendo medidas,

peças e escritas que foram forjadas e gestadas na África de 1.300 anos antes da Era Comum.

Referências bibliográficas

ALLEN, J. *Genesis in Egypt, The Philosophy of Ancient Egyptian Creation Accounts*, New Haven: Yale Egyptological Studies 2, 1988.

_____. *Middle Egyptian: an introduction to the language and culture of hieroglyphs*. Publisher: Cambridge University Press, 2001.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da Cultura*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Editora Contraponto, 1997.

ASANTE, Molefi. *The Egyptian philosophers: ancient African voices from Imhotep to Akhenaten*. Illinois: African American images, 2000.

BAINES, John; MALIK, Jaromir. *Cultural Atlas of Ancient Egypt*. London: Andromeda Oxford Limited, 2004.

BBC, Documentary. *Chapter 6 – The Secrets of the Hieroglyphs* (no Brasil: Capítulo 6 – O Segredo dos Hieróglifos)

CARREIRA, José. *Filosofia Antes dos Gregos*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994.

COELHO, Liliane C. *Hieróglifos e Aulas de História: Uma Análise da Escrita Egípcia Antiga em Livros Paradidáticos* In **Revista Mundo Antigo – Ano I – Volume I – Junho – 2012**.

DIAGNE, Mamoussé. *De La Philosophie et des philosophie en Afrique noire*. Dakar/Paris: IFAN/Karthala, 2006.

DIOP, Cheikh Anta. *Antériorité des civilisations nègres: mythe ou vérité historique?* Paris: Présence Africaine, 1967.

_____. *Nations nègres et culture*, t. i, Paris: Présence africaine, 1954.

_____. *Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro-africaines*, Paris: IFAN/NEA, 1977

FOÉ, Nkolo. “África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? ‘Acomodação de Atlanta’ ou iniciativa histórica?” In **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 175-228, jan./mar. 2013. Editora UFPR

FONTOURA JR, Antônio. *Hieróglifos Egípcios: um curso de introdução à leitura e decifração de textos do Antigo Egito*. Curitiba: PatolaLivros, 2010.

KARENKA, Maulana. *Maat, the Moral Ideal in Ancient Egypt: an study in classical african ethics*. New York: Routledge Press, 2004.

NOGUERA, Renato. *Ensino de filosofia e a Lei 10639*. 1.ed. Rio de Janeiro: Ceap, 2011.

_____. *Era uma vez no Egito*. Rio de Janeiro: Editora Evangraf, 2013.

OBENGA, Théophile. *Ancient Egypt and Black Africa*. Chicago, IL: Karnak House, 1992.

_____. “Egypt: Ancient History of African Philosophy” In *WIREDU, Kwasi. A companion to African Philosophy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, pp. 31-49.

_____. *La philosophie africaine de la période pharaonique (2780-330 a. C.)*, Paris: L’Harmattan, 1990.

_____. *L’Égypte, la Grèce et l’École d’Alexandrie*. Paris: L’Harmattan, 2005.

RAMOSE, Mogobe. *Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana*. Tradução Dirce Eleonora Nigro Solis, Rafael Medina Lopes e Roberta Ribeiro Cassiano. In: *Ensaio Filosóficos, Volume IV, Outubro de 2011*. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf>. Acesso em 01.12. 2013.